CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER N° 212/71

Aprovado em 7/6/1971

Tratando-se de estabelecimento estranho ao sistema Estadual de Ensino, os documentos remetidos ao Conselho pelo Instituto Politécnico de São Paulo devem ser recebidas apenas como comunicação de fatos ou ocorrências, sem aparecia-lhes o mérito.

PROCESSO CEE- N° 622/69.

INTERESSADO - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SÃO PAULO.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS.

RELATOR - Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI.

O despacho do Presidente da Comissão de Legislação e Normas, designado-me relator, foi exarado nos autos do protocolado n° 622/69. Em apenso, encontram-se os autos dos protocolados n° 1.520/65 e 194/66, em que são interessados respectivamente a Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura, hoje, Departamento de Assuntos Universitários, e Domingos Mármore.

Manifesto-me, pois, sobre a matéria do protocolado 622/69.

A fls. 2, lê-se que, na sessão plenária deste Colegiado, realizada em 2 de junho de 1969, ao ter conhecimento, em virtude da comunicação feita por conselheiro, de que o Instituto Politécnico de São Paulo anunciava, em um dos jornais da Capital, que se encontravam abertas as inscrições para as vagas do primeiro ano do curso de engenharia operacional, o Presidente deste Colegiado "deliberou que seriam tomadas imediatas providências junto ao Conselho Federal de Educação e à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura e determinou à Secretaria telegrafasse e mantivesse contatos telefônicos com aqueles órgãos federais para indagar se por lá corria algum pedido de funcionamento", do citado curso.

Em resposta, o Conselho Federal de Educação, pelo ofício n° 306, de 10 de junho de 1969 (fls. 6-A), comunicou que dos fichários existentes no Protocolado deste Colegiado consta que o Proc. CFE 775/68, que trata de autorização para funcionamento daquele estabelecimentos Instituto Politécnico de São Paulo), foi retirado pela parte interessada, em atendimento ao ofício n° 13/68, do citado Instituto, protocolado neste Conselho sob n° 1.004/68-CFE, a fim de providenciar a normalização do pedido de autorização, não tendo este órgão, até a presente data, recebido nenhum outro expediente daquela Instituição referente ao assunto".

Por meio de ofício, de 17 de junho de 1969 (fls. 7) o Presidente deste Conselho, sob o fundamento de que o Instituto Politécnico de São Paulo não estava autorizado a realizar concurso de habilitação aos seus cursos e com o propósito de evitar que estudantes sofressem sem prejuízos, se atendessem ao anúncio, oficiou ao Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, solicitando-lhe "dignar--se determinar as providências cabíveis, da competência dessa Secretaria de Estado".

Posteriormente, ou, mais precisamente, na sessão plenária, realizada no dia 8 de dezembro de 1969 (fls. 193-194, o Conselho manifestou-se sobre o pedido de funcionamento do Instituto Politécnico de São Paulo, conforme o Parecer nº 10/69 - Conselho Pleno, com declarações de voto dos conselheiros Eduardo Celestino Rodrigues, Octávio Gaspar de Souza Ricardo e Alpíno Lopes Casali.

Pois bem.

A fls. 202, há ofício do Diretor-Substituto, da Diretoria do Ensino Superior, remetendo a este Conselho os autos do Processo MEC nº 257175/69, referente à Escola de Engenharia Operacional do Instituto Politécnico de São Paulo, "para ser anexado ao Processo CFE-nº 1.553/69, que se encontra nesse Conselho".

Aquele processo foi aberto, devido a uma carta endereçada ao Presidente da República pelo diretor do Instituto Politécnico de São Paulo. Na carta, este solicitava autorização para fazer funcionar a sua escola.

Sobre o referido documento, a Comissão de Legislação e Normas não há de se manifestar. A matéria foge às suas atribuições.

A fls. 216, o diretor do Instituto Politécnico de São Paulo, pelo ofício de 12 de agosto de 1970, exibindo vários documentos, em xerocópia autenticada, dava ciência ao Conselho Estadual de Educação que, por despacho, de 29 de julho de 1970, o Meritíssimo Juiz da 16ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo, atendendo ao pedido do Ministério Público, determinou o arquivamento do inquérito policial, que se instaurou, à vista do ofício do Presidente deste Colegiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, acima referido

Entendeu o magistrado que não se configurou o estelionato insinuado.

Nada há a dizer sobre essa matéria.

O Instituto Politécnico de São Paulo é estabelecimento privado, e como tal, deve dirigir-se ao Conselho Federal de Educação.

Assim, entendo seja levado ao conhecimento do Presidente deste Colegiado o teor desta Indicação.

Caberá ao seu prudente critério, encaminhá-la, ou não, ao Conselho Pleno.

Nada mais.

Sala das Sessões da C.L.N., em 31 de maio de 1971.

(aa) Conselheiro SEBASTIÃO H. CUNHA PONTES-Presidente

Conselheiro ALPÍNOLO LOPES CASALI - Relator

Conselheiro MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARÃES

Conselheiro OLAVO BAPTISTA FILHO

Conselheiro PÉRSIO FURQUIM REBOUÇAS